



GT22 - Educação Ambiental – Trabalho 885

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA DE ABAETETUBA, PARÁ

Alessandra Sagica Gonçalves – UFPA

Marilene da Silva Feijão Pereira – UFPA

José Mateus Rocha da Costa – UFPA

Agência Financiadora: CAPES

### Resumo

Este artigo apresenta um campo de reflexão acerca das concepções e práticas pedagógicas dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre a temática ambiental em uma escola da rede pública estadual de educação. Trata-se de uma pesquisa com análise qualitativa, cujos instrumentos utilizados foram entrevistas, análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e observação do ambiente educativo. O estudo, realizado em Abaetetuba, Pará, revelou por meio dos discursos que todos os professores (as) pesquisados (as) concordam com a importância da inserção da Educação Ambiental (EA) na EJA e alegam trabalhar com o tema em suas aulas. As observações diretas do ambiente demonstraram atividades voltadas principalmente à reutilização de materiais recicláveis, a observação da natureza e horta. Apesar dos avanços do debate sobre a EA na EJA que foi impulsionado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental de 2012, ainda mostrou-se predominante nos discursos e nas práticas pedagógicas uma concepção de cunho reducionista e naturalista de EA.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Concepções. Professores

### Introdução

O presente artigo socializa parte de uma pesquisa mais ampla que analisou a inserção da educação ambiental na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino, de modo a diagnosticar suas contribuições para a escola pública da Amazônia Paraense. Neste sentido, este ensaio estabelece reflexões acerca da Educação Ambiental (EA) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na sociedade contemporânea. De modo geral, investigamos quais as concepções e práticas pedagógicas dos professores da EJA sobre a EA na escola pública da rede estadual de educação na Amazônia Paraense.

A importância deste estudo diz respeito principalmente a dois aspectos: 1) O primeiro se refere à inserção da EA no currículo da educação brasileira, que foi reafirmada por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (DCNEA) de 15 de junho de 2012; 2) E o segundo decorre da necessidade da ampliação do debate acerca da qualidade das práticas pedagógica e curriculares na EJA.

O artigo foi organizado a partir de pesquisa realizada com enfoque no estudo de caso, de abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo junto aos professores da EJA, na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará. Além disso, para construção deste estudo foi realizado um diálogo com os seguintes autores: Arroyo (2014), Guimarães (2004), Leff (2001), Pedrini (1998), Reigota (2004), entre outros, que possibilitaram o entendimento e a ampliação do conteúdo pesquisado e que serviram de arcabouço teórico nesta investigação. As investigações em campo ocorreram nos anos de 2015 a 2016 na cidade de Abaetetuba<sup>1</sup> e a coleta e análise dos dados foram realizadas a partir de entrevistas semiestruturada direcionadas a 20 professores da EJA.

Portanto, apresentam-se as análises das questões fulcrais que nortearam a pesquisa de campo a partir dos depoimentos dos entrevistados e dos documentos investigados. O escrito organiza-se a partir de três campos de discussão: primeiramente, apresentam-se as premissas políticas e teóricas sobre Educação Ambiental. A seguir discute-se brevemente sobre a trajetória da EA e da EJA no Brasil. E posteriormente, é apresentado os resultados da pesquisa à luz dos depoimentos dos sujeitos envolvidos na investigação de campo.

### **Premissas políticas e teóricas sobre Educação Ambiental**

Segundo Pedrini (1998), com o capitalismo teve-se um avanço de progresso econômico e tecnológico, bem como estragos socioambientais provocados por um desenvolvimento totalmente insustentável: miséria, explosão demográfica, poluição das águas, do ar e do solo, extinção de espécies animais e vegetais, desertificação das florestas, destruição da camada de ozônio, aquecimento global do planeta, etc. Ao perceber que tais atitudes conduziriam ao caos, a humanidade estabeleceu leis que previam multas e privações de liberdade. Contudo, tais medidas não foram suficientes,

---

<sup>1</sup>É uma cidade que fica localizada a 110 km de Belém, e possui uma população de 141.100 habitantes, conforme dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

fazia-se necessário a estas um processo educativo contínuo, capaz de propiciar um novo relacionamento do homem com o restante da natureza. Neste contexto surge a Educação Ambiental (EA).

No cenário global a questão Ambiental emerge como uma crise de civilização e as rupturas desta crise buscam questionar os paradigmas do conhecimento e os modelos societários da modernidade, emergindo a necessidade de construir outra racionalidade social, que seja orientada por novos valores e saberes; por modos de produção sustentados em bases ecológicas e significados culturais; por novas formas de organização democrática.

Para Leff (2001) a problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta. Uma das principais causas da problemática ambiental foi atribuída ao processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial.

Para Harvey (2011) o capitalismo baseia-se no usufruto da natureza. O esgotamento e a degradação da terra e dos chamados recursos naturais não fazem mais sentido no longo prazo do que a destruição dos poderes coletivos de trabalho, pois ambos estão na raiz da produção de toda a riqueza.

Guimarães (2005) nos alerta que essa crise que afeta o planeta, se configura como esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo.

A partir das últimas décadas do século XX, com a intensificação dos problemas ambientais em escala global, o aprofundamento da crise ambiental, as estratégias de preservação são consideradas necessárias para que ocorra uma mudança tanto de concepção quanto de prática na relação que a sociedade estabelece com a natureza.

Estas considerações levam a compreensão de que o debate acerca da problemática ambiental ganhou uma formidável dimensão no cenário internacional e nacional, especialmente no âmbito das políticas públicas educacionais. Pois, diante das inúmeras adversidades criadas pelo modelo de desenvolvimento econômico, muitos governantes e legisladores se sentiram pressionados a desenvolver propostas e ações adequadas aos apelos dos movimentos socioambientais. Nesse horizonte, EA passou a ser considerada como uma estratégia fundamental para a formação de indivíduos partícipes na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Partindo dessas considerações, defende-se neste artigo, uma proposta crítica de EA, conforme preconiza Guimarães (2013), que se deve trabalhar com uma visão sistêmica de meio ambiente, compreendido em sua totalidade complexa como um conjunto no qual seus elementos/partes interdependentes se inter-relacionam entre si, entre as partes e o todo, o todo nas partes em uma interação sintetizada no equilíbrio dinâmico. O espaço natural veio historicamente sendo apropriado pelas sociedades humanas, transformando-o em um espaço socialmente produzido.

A EA na perspectiva crítica objetiva contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade socioambiental e da relação sociedade-natureza, que seja capaz de instigar mudanças tanto individuais como coletivas, de modo a influenciar na mudança dos modelos de paradigmas da sociedade moderna.

Jacobi (2005) disserta que EA na perspectiva crítica ocorre na medida em que o professor assume uma postura reflexiva. E isto potencializa entender a EA como uma prática político-pedagógica, representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e de ampliação da responsabilidade socioambiental.

### **Revisitando a trajetória da Educação Ambiental e da EJA**

A trajetória histórica da EA mostra que paulatinamente essa dimensão da educação vem conquistando seu espaço e se inserindo nos debates pedagógicos nas instituições de ensino no Brasil desde a educação básica até ao ensino superior. De modo geral, adquirindo, em nível globalizado, um importante papel na luta pela conservação e preservação dos recursos naturais. E, por isso, acredita-se que este tipo de educação deve estar presente em todos os níveis do ensino, desde a educação infantil até ao ensino superior, desenvolvendo o senso crítico de cada indivíduo frente aos problemas socioambientais, em especial os relacionados ao meio ambiente, que desafiam hoje e futuramente a nossa sociedade. Entre seus importantes marcos elegeram-se alguns do âmbito internacional e nacional.

No âmbito internacional temos como referência a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, capital da Geórgia (ex-URSS) em 1977, a qual se constitui como o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental. Nessa conferência foram definidos os objetivos e as estratégias pertinentes em nível nacional e internacional.

No Brasil, as discussões em torno da Educação Ambiental passaram por constantes modificações até se chegar ao seu contexto atual. Os seus primeiros registros são do ano de 1978, quando o Ministério da Educação (MEC) publicou o documento intitulado “*Ecologia: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus*”, tal documento perpetuava o pressuposto de que a EA ficaria limitada a disciplina de ciências biológicas (DIAS, 2004). Esse documento causou insatisfação nos meios ambientalistas e educacionais brasileiros, pois o reducionismo do entendimento da discussão de Educação Ambiental relacionadas aos aspectos biológicos e ecológicos no espaço escolar vai de encontro às premissas estabelecidas ainda na Declaração de Tbilisi.

Em 1981, foi sancionada a Lei de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considerada um marco ambiental que tinha por finalidade:

A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

É na Constituição Federal de 1988 que se nota a inclusão da temática da Educação Ambiental no Capítulo Especial sobre Meio Ambiente (Cap. VI) em um capítulo exclusivo sobre Educação Ambiental (Art.225 item VI) que apresenta o seguinte pressuposto: “cabe ao poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente”.

Em 1994, foi lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com a participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT) e do Ministério da Cultura (MINC), com a intenção de consolidar a EA como política pública.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída em 1997, nos seus parâmetros estabelecidos compõem as diretrizes usadas nas demais leis do campo ambiental e administrações públicas no Brasil. Esta possui os objetivos de articular ações educativas de proteção, de recuperação dos recursos naturais e de conscientização para que o cidadão se relacione da melhor maneira com esses recursos.

A trajetória da EA demonstra a gradativa ampliação do debate no meio educacional, principalmente no que diz respeito à Educação Básica. Contudo, ainda hoje se encontram práticas nas quais a EA é reduzida a atividades voltadas à separação do lixo e à economia de água, desprovida da reflexão e questionamento sobre o processo como um todo. Esta constatação revela a urgência do desenvolvimento de estudos e

pesquisas que aprofundem a relação entre a EA e a Educação Básica.

Nesse sentido, cabe à escola uma parcela de contribuição nessas novas buscas. Deve-se trabalhar na perspectiva da superação da visão ingênua e reducionista das novas gerações, assumindo a EA como um instrumento que pode e deve ser utilizado como estratégia para o embasamento de discussões acerca de problemas concretos. Compreende-se que para que seja vivenciada a dimensão escolar da EA, torna-se fundamental romper com os comportamentos pré-estabelecidos e estereotipados, o que deve necessariamente acontecer no processo de formação inicial e continuada de professores, como um caminho necessário para que a dimensão ambiental amplie e solidifique seu espaço nas discussões e práticas na EJA.

### **Educação Ambiental na EJA**

Segundo Reigota (2004), a educação é uma forma de intervenção no mundo, e a educação escolar se revela como referência na relação do ser humano em adquirir uma consciência crítica. Assim, a EA é uma dimensão do processo educacional, que assume um papel importante no sentido de uma formação que perpassa pelo horizonte da justiça social, cidadania nacional planetária, autogestão e ética nas relações sociais com a natureza.

E nas escolas públicas, certamente este aspecto deve ser desencadeado com frequência, pois a escola é uma instituição social e é um dos *lócus* formativos que tem por finalidade formar cidadãos críticos e conscientes e, por isso, não pode ofuscar o debate de uma temática que é primordial para a formação humana destes sujeitos. Pois, conforme preconiza Libâneo (2009), a escola tem o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos e categorias de compreensão e apropriação crítica da realidade.

Inicialmente, a EJA se compreendia estritamente ao processo de alfabetização de ensinar o sujeito educando a ler e escrever. Posteriormente, com democratização da educação para estes sujeitos jovens e adultos que foram privados da escolarização básica, há uma intensificação dos movimentos sociais e políticas públicas educacionais a favor da escolarização desses sujeitos. Destarte, há uma ampliação na escolarização que vai além da perspectiva da alfabetização, permitindo o acesso dos mesmos à educação básica, à educação profissional e à educação superior.

No bojo da educação da EJA, há trajetórias escolares marcadas pelas vivências da pobreza, desigualdades sociais, experiências de luta por um digno viver na sociedade

capitalista, onde poucos muitas vezes conseguem dedicar-se aos estudos. De acordo com Arroyo (2014, p. 158-159):

[...] jovens-adultos populares [...]. Chegam às escolas, insistem em continuar na educação à procura do conhecimento [...]. Esses jovens-adultos trazem experiências sociais, raciais, de gênero, de trabalho e de sobrevivência dramáticas, de percursos escolares tensos. Trazem às escolas histórias de lutas por direitos ao trabalho, à moradia, a um viver digno e justo. A sua persistência em seguir o percurso escolar articulando tempos de trabalho e de estudo pode ser vista como uma vontade de conhecer essas experiências com maior profundidade. Levam a consciência do direito, a saber, mais de si mesmos, de sua história, de seu ser no mundo, nas relações sociais, raciais, de gênero, saber mais de si nas relações de trabalho, de poder, nas cidades e nos campos.

Pois, muitos são os motivos que fazem com que estes sujeitos retornem à escola, que vão desde a necessidade de ampliar sua escolarização até as exigências capitalistas e do mundo do trabalho, que exige um sujeito com uma formação mais qualificada.

Segundo Arroyo (2006),

[...] no meu entender, os jovens e adultos que frequentam a EJA são a expressão do que eu chamaria esse entrelaçado entre direito à educação e os direitos humanos básicos. Diria ainda que desses jovens e adultos venha, nesse entrelaçado, as interrogações mais instigantes para a recolocação da educação no campo dos direitos. (ARROYO, 2006, p. 30)

Nesse sentido, a EJA passa a ser umas das modalidades de ensino vigentes na educação brasileira para garantir à escolarização básica, com a finalidade de proporcionar uma possibilidade de elevação de escolaridade para os atores sociais que incluem jovens e adultos que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Nesse mesmo sentido, de reconhecimento do direito à educação pelos jovens e adultos e a instituição da EJA, com a LDB (Lei nº 9.394/96) perpetua o seguinte pressuposto: “Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” intensificaram o debate em torno das políticas públicas e práticas voltadas à EJA no Brasil.

Nessa direção, com as inquietações propostas que são explicitadas em importantes documentos e estudos de EA, os quais cabem destacar a Carta da Terra e a

Agenda 21, contribuíram significativamente para que a questão ambiental conquistasse maior espaço e importância no âmbito pedagógico da Educação Básica, particularmente na EJA.

A Agenda 21, elaborada a partir da Conferência Rio-92, constitui uma proposta de ação voltada para a sustentabilidade para os próximos anos, destacando como necessária a construção de uma educação ambiental escolar. Ratificou-se o papel da educação no processo de formação de uma relação entre o homem e o restante da natureza:

O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento... O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. (AGENDA 21, 2000).

Como se percebe a EA foi aos poucos adquirindo, em nível global, um importante papel na luta pela conservação e preservação dos recursos naturais. E, por isso, acredita-se que este tipo de educação desenvolve o senso crítico de cada indivíduo frente aos problemas, em especial os relacionados ao meio ambiente que desafiam hoje e futuramente a nossa sociedade.

Já a Carta da Terra aprovada pela UNESCO em março de 2000, constitui-se em uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Outros documentos aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), já mencionados neste trabalho, oferecem aos professores subsídios para a reflexão quanto à prática pedagógica da EA na Educação de Jovens e Adultos.

Em seus princípios a EA objetiva formar indivíduos atuantes, conhecedores de seus direitos e deveres e, principalmente, comprometidos com o desenvolvimento sustentável de uma determinada região e com a defesa do meio ambiente. Em termos de educação escolar, muitos acreditam que a EA não deve tornar-se mais uma disciplina, deve sim ser encarada de forma interdisciplinar, de modo que em todas as disciplinas, não somente em ciências e biologia, se procure abordar esta temática.

### **Contexto e aspectos metodológicos da pesquisa**

No que tange a Amazônia Paraense, o Estado do Pará, apresenta formidável relevância sobre a educação, pois conforme preconiza Hage e Cardoso (2013), a



Amazônia é caracterizada por uma extensa diversidade sociocultural, composta por populações que vivem no espaço urbano e rural, que habitam um considerável número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações por apresentarem infraestrutura precária e não dispõem de serviços essenciais, sobretudo, no meio rural. “E isso resulta em distintas formas de desigualdade social e na ausência de políticas educacionais que promovam o reconhecimento e assegurem a universalização do direito à educação básica das populações do campo, quilombola e indígena” (HAGE E CARDOSO 2013, p. 426).

Em razão disso, no Estado do Pará, merece destaque a cidade de Abaetetuba. A opção pelo contexto educacional de Abaetetuba como objeto de estudo, ao delimitar a temática a ser investigada, se deve à importância que este Município ocupa na Amazônia Paraense e no próprio cenário nacional.

O Município valoriza sua história e cultura e, a cada ano organiza eventos culturais para mostrar a cultura local a quem por ela se interessar. Podemos mencionar, por exemplo, o evento em comemoração à Semana de Arte e Folclore de Abaetetuba e o Miriti Festival, voltados a valorização do artesanato e cultura local. Haja vista que este município é considerado a capital Mundial do Brinquedo de Miriti<sup>2</sup>.

Tendo em vista os pressupostos que norteiam a EA, nesta investigação foi utilizada abordagem metodológica denominada de estudo de caso, pois conforme apontam Ludke e André (1986, p. 17): “[...] é uma metodologia que enfatiza o estudo de um caso simples e específico. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo”.

Em virtude de ser o estudo específico em uma escola da EJA, escolheu-se essa metodologia vinculada com a pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001), com enfoque bibliográfico, documental e exploratório com a finalidade de conhecer a concepção e práticas pedagógicas de EA dos professores da EJA em Abaetetuba. Foram utilizados como instrumento de coleta de dados: a observação de aulas, a análise documental (Projeto Político Pedagógico da Instituição) e entrevistas com os professores.

---

<sup>2</sup> De acordo com Moraes (2013) o Miriti é conhecido como “isopor natural” da Amazônia, a fibra de miriti é a base de sustento de muitas famílias e, além de ser um produto de alto valor agregado, sua utilização não agride o meio ambiente, é biodegradável. Da sua árvore tudo se aproveita, desde o fruto utilizado na culinária às palmeiras que servem para cobertura de casas, o que mostra que o miriti é uma árvore providencial na vida do homem ribeirinho, que mistura o lúdico com a necessidade de sobrevivência de suas famílias.

A referida investigação foi realizada em uma escola da rede pública de educação com características agrárias de Ensino Fundamental e Médio, que fornece a modalidade da EJA e que envolveu a participação de 20 professores de diferentes áreas do conhecimento que atuam na EJA. Esta escola está localizada na região urbana do município de Abaetetuba, Pará. O quadro 1 mostra o universo da pesquisa em Abaetetuba.

Foram foco de análise as três turmas da Instituição pública, sendo elas: EJA etapa I; EJA etapa II e EJA Etapa III e os (as) professores atuantes em cada uma delas. Para posterior estruturação da coleta de dados foi observada a utilização dos espaços físicos internos e externos como disparadores de atividades pedagógicas com enfoques em EA ou com abordagem superficial relativa ao tema, como exploração livre partindo do interesse individual dos estudantes.

**Quadro 1** – Universo da Pesquisa em Abaetetuba/PA.

<b>Quantidade dos Sujeitos</b>	<b>Sujeitos Entrevistados</b>	<b>Tipo de Entrevista</b>	<b>Nº de Entrevistas</b>
20	Professores	Individual	02

**Fonte:** elaborado pela autora e coautores.

Para assegurar a diversidade de experiência e diferentes percepções, a coleta de dados na pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevista semiestruturada direcionada aos sujeitos acima citados. Este instrumento de coleta de dados favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade.

Por entendermos que as bases centrais de análise devem estar em consonância com os objetivos definidos, nesta investigação, adotou-se dois eixos temáticos, os quais serão detalhados a seguir: a) percepções e posicionamentos dos professores da EJA sobre a EA; b) Percepções e posicionamentos quanto às dificuldades enfrentadas por professores de escolas para trabalhar com EA na EJA.

Para coletar os dados, a investigação utilizou como instrumento um questionário composto por 10 questões, sendo estas predominantemente discursivas. Apenas cinco questões presentes no questionário foram utilizadas para obter os dados que compuseram os resultados deste artigo. No total foram respondidos vinte questionários. Após isso, os dados foram tabulados; analisados e sistematizados neste artigo.

## Resultados e discussões

Paralelo a isso, foi analisado o documento que rege a proposta curricular para a EJA, sendo este o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola investigada. Tal documento enfatiza a ideia de que o estudante precisa aprender a cuidar do meio ambiente e a preservá-lo. Porém, não foi encontrada nenhuma alusão à perspectiva de interdependência entre ser humano e meio ambiente. Foi possível constatar também que o documento alega a necessidade de inserção da prática de separação do lixo, sem, no entanto, relacionar com a discussão sobre o consumo consciente.

Uma contradição percebida por meio da observação foi a de que, mesmo constando no PPP a ênfase no ensino quanto à separação do lixo, na escola investigada, nas salas de aula há apenas uma lixeira, impossibilitando aos professores e estudantes de realizarem essa separação.

Em entrevista realizada com os professores da EJA percebeu-se que para eles a AE está associada à ideia de preservação e cuidados com a natureza na maioria das vezes confundida como uma parte da ecologia, limitando desta forma o seu caráter interdisciplinar. Essa afirmativa pode ser comprovada a partir das respostas de sete professores da EJA quando foram indagados sobre: o que você entende por educação ambiental?

“É uma educação para viver melhor em um lugar com qualidade de vida na sociedade”. (Professor A).

“Uma educação relacionada com o meio ambiente, como cuidar dele e das pessoas que nele vivem como preservar pra próximas vidas”. (Professora B).

“Uma educação que vise à conscientização das pessoas para os problemas ambientais que existem, como podem ser resolvidos e métodos preventivos”. (Professor C).

“É uma educação para conscientizar as pessoas de não poluir os rios, as ruas o planeta Terra”. (Professora D).

“É uma educação para conscientizar as pessoas jogar o lixo no lixo”. (Professor E).

“É uma disciplina em que o objetivo é capacitar o aluno a ter noções sobre Meio Ambiente, ecologia e a interação do homem a essas questões ambientais”. (Professor F).

“Educação Ambiental é uma parte da biologia, da ecologia que estuda o comportamento das pessoas em relação ao ambiente onde vivem, e essa educação tenta fazer com que as pessoas saibam aproveitar os recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente.” (Professor G).

Dessa forma, percebe-se a limitação atribuída a EA, ao passo que seus objetivos são restringidos a um repasse de conhecimentos para preservação ambiental, sem levar em consideração as questões históricas, sociais, políticas, econômicas e

culturais ligadas a tal temática.

Medina & Santos (2001) nos chamam a atenção para esta confusão conceitual que não se trata tão somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar "para" e "com" a natureza; para compreender e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente; trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais.

Por meio desses relatos constatamos que os (as) professores (as) têm certa dificuldade em compreender a EA como uma educação que prepara para a cidadania, prevendo a formação do sujeito, abrangendo o ambiente social e natural, tal qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA):

A Educação Ambiental visa à construção e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente natural e construído, essencial para a qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 2012, p. 2).

As DCNEA em suas orientações destacam uma EA na perspectiva problematizadora das ações sociais. Entretanto, os educadores mostraram ter como predominante uma concepção voltada à preservação da natureza, desvinculada da ação humana.

Esse aspecto demonstra a necessidade de maior aproximação entre os referenciais teóricos e documentais e as atitudes cotidianas da Instituição da EJA. Além disso, cabe ainda a reflexão acerca da formação de professores e a gradativa necessidade da compreensão do papel do professor diante do grave cenário de crise local e global. Essa demanda precisa ser foco dos processos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação para que atendam adequadamente aos objetivos e princípios propostos pela EA.

Em relação às práticas pedagógicas, foram recorrentes os temas: lixo, reciclagem, horta e água. Dos 20 professores, 11 declararam desenvolver práticas e atividades voltadas à separação e reciclagem do lixo e utilização de sucata na confecção de brinquedos, mas sem mencionar aspectos formativos que envolvam o consumo consciente. Constatou-se que a EA na EJA nos espaços pesquisados acontece por meio de conteúdos relativos a Relações Naturais e Conservação da Natureza, ficando ausentes os diálogos com os aspectos das relações sociais, a contextualização e a problematização de situações da realidade.

A instituição realiza atividade com a horta pelo projeto denominado “Horta na Escola” e, segundo os professores, o objetivo dessa atividade é a aprendizagem do hábito de cuidar da terra a partir do plantio de flores, pequenas árvores, legumes e verduras. Pelo menos uma vez ao ano os estudantes da EJA vivenciam experiência como esta.

Além disso, observa-se que as práticas pedagógicas das atividades relacionadas à horta ficam restritas às atividades específicas do plantio das mudas, sementes, acompanhamento da evolução, cuidado das mesmas e alimentação. Não foi possível identificar práticas educativas que discutissem com os estudantes a importância da alimentação saudável a partir de sua realidade local, com investigações com as famílias, consumo consciente e saúde, a devida contextualização e conexão com os objetivos e métodos.

Nesse mesmo sentido, outro aspecto a ser destacado neste estudo foi à tomada de consciência dos professores durante as entrevistas realizadas sobre a insuficiência do seu conhecimento acerca da EA e em consequência de sua dificuldade quanto ao planejamento de atividades nesta área. Entre as falas que demonstraram esses aspectos foram selecionadas cinco. Um dos professores da EJA relatou ter realizado uma prática que considerava importante sobre preservação da água:

“Em 2015 levamos os estudantes para conhecer o rio todo poluído aqui da cidade e mostramos fotos do mesmo quando era limpo. Eles notaram a diferença. Mas hoje pensando, não sei se educação ambiental é isso [...]”. (Professor I)

Outro professor revela que acredita ser importante o trabalho que desenvolve com a reciclagem, mas percebe sua fragilidade no desenvolvimento do tema:

“Nós sempre trabalhamos aqui com a reciclagem, trabalhamos isso diariamente orientando os estudantes a não poluírem o rio, às ruas a reciclarem o lixo e tudo mais. Mas é isso EA? Não sei se é só isso [...] Acho que precisamos ter momentos de formação na escola para discutir e entender [...]”. (Professor C).

Todas as falas dos vinte professores mencionaram os cuidados com o lixo e preservação da água e do ambiente como os temas trabalhados em EA na EJA, especialmente a separação do lixo e o cuidado com o desperdício da água quando na utilização de torneiras e chuveiros. As explicações se limitaram a essas atividades e demonstraram a existência de um abismo entre os estudos acadêmicos acerca da EA e a prática pedagógica dos professores da EJA. Dessa forma, para ser desenvolvida uma EA

de forma crítica, os professores devem ter a possibilidade de reflexão e problematização de suas práticas pedagógicas a partir do entendimento claro e consistente do objetivo da EA na EJA e de como as metodologias escolhidas influenciam na construção do pensamento e da formação humana dos estudantes.

### **Considerações Finais**

A referida pesquisa permitiu saber que a concepção de EA dos professores da EJA ainda precisa ser mais discutida, no espaço da formação continuada dos professores, pois muitos entendem a EA somente como o ato de cuidar do meio ambiente, reciclar e não jogar lixo no chão e plantar determinada espécie de árvores. De acordo com os professores, ainda é necessário que a EA seja mais trabalhada nos cursos de formação para que se possa ampliar e solidificar seu espaço nas discussões e práticas na EJA.

Ao refletir sobre o processo de pesquisa realizado compreende-se que a EA, por meio de seus documentos orientadores e da prática pedagógica dos professores, começa a delinear caminhos na EJA em escolas com características agrárias. A EA implica em ressignificar a visão e compreensão de mundo a partir da de integração, interconexão e inter-relacionamento. Afinal, os processos educacionais são essenciais para impulsionar a formação de uma cidadania ambiental. Assim, acredita-se que existe um longo caminho a seguir na formação inicial e continuada de professores que acolha os princípios da EA para que se contribua para a construção de um pensamento fundamentado no diálogo e nas inter-relações existentes entre a humanidade e o ambiente.

Para isso, será necessário incorporar ampla discussão em torno da EA como forma de fundamentar a didática (teórica e a prática) de ensino desta temática, de modo a contribuir para a efetivação dos objetivos aos quais se propõe, isto é, o de formar cidadãos atuantes capazes de formar uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável.

### **Referências**

ARROYO, Miguel G. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **JUVENTUDE e ENSINO MÉDIO**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20set.2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Brasília: CNE/CP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 4 out. 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9º ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental da educação** 7º. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual**. Margens, Abaetetuba, V.7 N. 9, p.11-22, SET, 2013.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; CARDOSO, Maria Barbara da Costa. **Educação do Campo na Amazônia: Interfaces com a Educação Quilombola**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n.13, p. 425-438, jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.esforce.org.br>.

JACOBI, Pedro Robert. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, adeus professora?:** Novas exigências educacionais e profissão docente. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MMA. **Documento Agenda 21.** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>. Acessado em: 05 set. 2016.

MEDINA, N. M. & SANTOS, E. C. 2001. Educação no mundo de hoje. In: \_\_\_\_ **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis: Vozes.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORAES, Yngreth da Silva. **Brinquedo de miriti e o desenvolvimento local no município de Abaetetuba/Pa.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM, Universidade Federal do Pará: UFPA, 2013.

PEDRINI, A. G. 1998. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** Petrópolis: Vozes.